



A Complexidade da Existência ¹

Neimar da Cunha ALVES²

Gerson de SOUSA³

Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG

RESUMO

O presente trabalho pretende analisar o valor da vida atribuído pela mídia em casos de suicídio sob uma ótica filosófica. À luz dos conceitos de existencialismo, - na linha de Albert Camus -, critérios de noticiabilidade, análise cultural, como metodologia dos Estudos Culturais, procurou compreender como o jornalismo lida com a existência dos sujeitos e seus respectivos legados. Como principais resultados nota-se que a publicação de histórias de vida pela mídia reforça a perpetuação de suas existências para a posteridade. Conclui-se ainda que a mídia trata de modos distintos famosos e anônimos ao lidar com a vida e com a obra de cada um.

PALAVRAS-CHAVE: existencialismo; estudos culturais; suicídio; cotidiano, jornalismo.

1. Introdução

O suicídio é um tema tabu para parte das civilizações ocidentais contemporâneas e no jornalismo não é diferente. As discussões nos círculos sociais e as problematizações na mídia são pouco exploradas; sabe-se da existência, mas raramente o assunto é aprofundado, problematizado e visto como objeto de estudo pelas ciências da comunicação.

Em 1774, houve a publicação do romance “Os Sofrimentos do Jovem Werther”, de Johann Wolfgang von Goethe, uma das obras-primas da literatura mundial e marco inicial da escola literária chamada de Romantismo. Werther se mata por causa do amor não correspondido de sua amada Charlotte.

O romance provocou a uma onda de suicídios entre os jovens europeus, embora não existam dados quantitativos da época, exemplares eram encontrados junto aos corpos. O livro, na época, chegou a ser proibido na tentativa de impedir novos casos.

¹ Trabalho apresentado no IJ 1 – Jornalismo do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 19 a 21 de junho de 2015.

² Jornalista recém-graduado do Curso de Comunicação Social: habilitação em Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia, e-mail: neimardca@gmail.com.

³ Docente do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação da Universidade Federal de Uberlândia, e-mail: gerson@faced.ufu.br.



Passados 240 anos, o “efeito Werther” talvez ainda seja o argumento mais utilizado para justificar o receio em não tocar no assunto suicídio, conforme Barbosa, Ogasawara e Benazzi (2010, p. 1).

Na literatura, em contrapartida, o suicídio é temático recorrente. Ao longo dos séculos são encontrados outros exemplos como a tragédia Hamlet de William Shakespeare com um dos monólogos interiores mais famosos da história.

Ser ou não ser, eis a questão: será mais nobre
Em nosso espírito sofrer pedras e flechas
Com que a Fortuna, enfurecida, nos alveja,
Ou insurgir-nos contra um mar de provocações
E em luta pôr-lhes fim? Morrer, dormir: não mais.
Dizer que rematamos com um sono a angústia
E as mil pelejas naturais-herança do homem:
Morrer para dormir... é uma consumação
Que bem merece e desejamos com fervor (SHAKESPEARE, 2000, p. 51).

Para além do campo literário, o ato voluntário de provocar a própria morte é o suicídio, palavra que deriva do latim *sui* (si mesmo) e *caederes* (ação de matar), portanto, ação de matar a si mesmo. O suicídio é um problema de saúde pública. “A OMS estima que em 2020 cerca de 1,53 milhão de pessoas morrerão desta forma, o que significa um caso de suicídio a cada 20 segundos.” (FONTENELLE, 2008, p. 189). Apesar de ser uma questão importante, o tema é tabu na sociedade brasileira, na academia e a cobertura de notícias sobre suicídio é um desafio para a imprensa.

Para Albert Camus, fundador da corrente nomeada de absurdismo e estudioso do existencialismo, o suicídio é a questão central da existência humana conforme ele explica em “O Mito de Sísifo”.

Só há um problema filosófico verdadeiramente sério: é o suicídio. Julgar se a vida merece ou não ser vivida, é responder a uma questão fundamental da filosofia. O resto, se o mundo tem três dimensões, se o espírito tem nove ou doze categorias, vem depois. São apenas jogos; primeiro é necessário responder (CAMUS, 1989, p. 7).

Outro expoente do existencialismo foi Jean-Paul Sartre. Segundo ele, como explica L'Apicciarella (2004), há sempre uma incompletude humana e é essa força que move a humanidade, uma relação de causa e efeito das escolhas, uma possível é a morte voluntária.



O homem, responsável pela humanidade, sentirá angústia ao escolher, pois esta escolha implica no abandono de todas as outras possibilidades. Porém, a idéia de que a existência precede a essência permite outros desdobramentos. O homem não pode responsabilizar a sua existência à natureza alguma. Não há nada que legitime seu comportamento, não há nada que o determine. O homem faz-se a si próprio, é livre: tem total liberdade para escolher o que se torna, é responsável por sua paixão. Assim, não há nada que justifique seus atos. O homem está desamparado, condenado à sua própria escolha (L'APICCIRELLA, 2004, p. 3).

Outra corrente teórica que pode ser utilizada como lupa para analisar o suicídio envolve os Estudos Culturais. Como dito, o suicídio pode ser visto sobre as mais diversas ópticas, religiosas, científicas, do senso comum, médicas, como mera estatística, some a isso as diferenças culturais de acordo com as visões distintas dos povos. Portanto, o estudo da cultura tem forte peso no estudo do suicídio. Cada ser humano, como visto em Sartre, cria significados próprios para viver no mundo, Stuart Hall apresenta o raciocínio.

Os seres humanos são seres interpretativos, instituidores de sentido. A ação social é significativa tanto para aqueles que a praticam quanto para os que a observam: não em si mesma mas em razão dos muitos e variados sistemas de significado que os seres humanos utilizam para definir o que significam as coisas e para codificar, organizar e regular sua conduta uns em relação aos outros. Estes sistemas ou códigos de significado dão sentido às nossas ações. Eles nos permitem interpretar significativamente as ações alheias. Tomados em seu conjunto, eles constituem nossas “culturas” (HALL, 1997, p. 1).

Segundo Dapieve (2007), a cultura influencia a cobertura da imprensa sobre suicídios, pois a mídia sabidamente alinha-se à visão de mundo do leitor para não confrontá-lo com um choque de ideias. Há um ciclo vicioso entre a produção para atender aos interesses do público e uma imprensa subserviente que opta por manter o status quo.

Émile Durkheim foi um dos precursores nos estudos sobre suicídio como problema social coletando, analisando dados e compilando informações.

Comparar é o único meio de explicar o suicídio. O investigador é forçado a construir, ele próprio os grupos que pretende estudar, de modo a conferir-lhes homogeneidade e especificidades necessárias para poderem receber um tratamento científico (DURKHEIM, 1897, p. 11 apud COSTA e ALMEIDA, 2010, p. 1).



Como o suicídio passou a ser objeto de pesquisas científicas, para Alvarez (1971, s.p apud COSTA e ALMEIDA, 2010, p. 2), há um tom menos evidente de preconceito com o que já foi e ainda é considerado um pecado mortal de acordo com alguns dogmas religiosos.

Hoje, o suicídio não passa de “segredinho sujo, algo vergonhoso a ser evitado e varrido para debaixo do tapete, inominável e ligeiramente obsceno, menos um auto-aniquilamento do que uma auto violação” (ALVAREZ, 1971, s.p apud COSTA e ALMEIDA, 2010, p. 1).

As primeiras publicações noticiosas foram as chamadas folhas volantes. Desde o século XVII havia o predomínio de casos de assassinatos, desastres, catástrofes, escândalos, casamentos, adultérios, etc. Nascia assim a prática de pautar os textos jornalísticos com base no sensacionalismo. (COSTA e ALMEIDA, 2010, p. 1).

Ainda segundo os autores, o primeiro código de conduta para profissionais de imprensa surgiu no final do século XIX. Mas foi em 1939, na França, que houve aprovação do primeiro código deontológico profissional mundial. Hoje os códigos de ética e manuais de redação não são uniformes em casos de suicídio e alguns não o citam. Seria importante para questionar o que está posto para teorizar uma cobertura eticamente responsável aos olhos dos estudos culturais e do existencialismo humano, livre dos achismos do status quo, conforme indica Dapieve (2007).

2. O Existencialismo, a Vida e a Morte

Podemos analisar a questão do suicídio na mídia sob o ponto de vista existencialista. A filosofia existencialista, segundo Santos (2009), foi subsidiada inicialmente pelos estudos do filósofo dinamarquês Søren Kierkegaard (1813-1855), posteriormente consolidada pelo filósofo francês engajado politicamente Jean-Paul Sartre (1905-1980). “Para Sartre, tudo parte da questão de que a existência do homem precede a essência, e, através da liberdade, ele possui a capacidade de produzir a si mesmo construindo seu próprio destino”, (SANTOS, 2009, p. 92). O foco deste trabalho está na linha existencialista do argelino Albert Camus (1913-1960), divergências à parte, é impossível dissociar as contribuições de Jean-Paul Sartre para a obra de Camus, ambos utilizaram a literatura para apresentarem suas reflexões. Conforme Carvalho (2012), em 1938, o argelino resenhou o romance “A Náusea”, de Sartre. Este, por sua



vez, resenhou “O Estrangeiro” e “O Mito de Sísifo”, ambos de autoria de Camus publicados em 1942 com apenas seis meses de diferença. O francês, por sua vez, publica “O Ser e o Nada” (1946) que situa filosoficamente “A Náusea”.

A Náusea é um romance em primeira pessoa, escrito na forma de diário, e nos conta a história de Antoine Roquentin, personagem de meia-idade, letrado, solteiro, com estabilidade financeira e viajado pelo mundo. Grande parte do cotidiano de Roquentin é traçada em torno de seu trabalho de realizar a biografia de um curioso personagem aristocrata: o Marquês de Rollebon. Além desta atividade, sua vivência social é limitada e pontual, se restringindo a idas à biblioteca e cafés, passeios pela cidade e encontros com conhecidos (CARVALHO, 2012, p. 321).

Ainda segundo a autora, o protagonista tem um insight, passa a ter a experiência da náusea e percebe que em sua vida uma ausência de sentido e que vive gratuitamente apenas um “absurdo” da existência humana. Ele tenta em vão criar sentidos para sua existência e percebe que a existência é absurda por não ter sentido algum.

Em o “Mito de Sísifo”, Camus se vale do conceito de “náusea” para inserir o seu próprio: o absurdo. Ao questionar se a vida merece ou não ser vivida, Camus trabalha com a ideia de suicídio. Para Carvalho (2012) tanto a náusea quanto o absurdo apresentam características comuns aos sujeitos: ausência de sentido e gratuidade da existência; e o homem versus o mundo que o cerca. Em ambos, repentinamente ao longo do cotidiano e da rotina, o personagem tem um insight, uma iluminação acerca de sua condição e toma consciência do absurdo. A separação entre o ser e o mundo coloca o homem na condição de um “estranho no ninho”, conforme visto na obra “O Estrangeiro” de Camus.

O absurdo de Camus, assim como a náusea, tem suas raízes na existência humana. Para Camus o absurdo tem caráter absoluto, determinando o ponto de partida de toda a sua filosofia. Assim sendo, o único problema que deve ser realmente considerado é se a vida vale a pena ou não ser vivida, problematizando a existência humana (CARVALHO, 2012, p. 323).

O absurdismo de Camus se refere à existência humana e como o próprio sujeito se vê subjetivamente inserido no mundo. Camus questiona o sentido da vida ou a ausência de sentido da vida e para isso se vale da mitologia grega, da literatura, para filosofar. Sísifo, filho de Éolo, da raça de Deucalião, desrespeitou as determinações dos



deuses e foi morto. Entretanto, ele havia pedido a sua mulher que não fosse velado e não recebesse homenagens fúnebres, por conta disso, Sísifo pode retornar a vida por um único dia para se vingar da falta cometida pela esposa. Ele não retornou ao mundo dos mortos de Hades ao fim do dia e recebeu outro castigo dos deuses, deveria empurrar uma pedra enorme até o topo de uma montanha, quando chegasse lá, a pedra iria rolar morro abaixo e o condenado deveria repetir o processo eternamente.

Para Albert Camus (1913-1960) [...] este trabalho inútil e sem esperança é símbolo do destino do homem absurdo: aquele que tem consciência da própria solidão e, não acreditando em nada que o transcenda, aposta apenas na vivência em um mundo perecível em que busca significado para o ato de estar vivo (SANTOS, 2009, p. 92).

Uma tarefa mecânica, repetitiva e vazia de sentido tal como a existência, pode-se comparar a um trabalhador no meio de uma rotina, é no cotidiano que ele pode passar pelo processo de conscientização. Assim sendo, alguns homens tem a “iluminação” mais cedo, mais tarde, ou até mesmo nunca a tem. O insight sobre a futilidade da vida pode implicar em um sentimento incômodo e angustiante como a ânsia. O homem passa a ver no tempo seu pior inimigo.

Pode se dizer que o homem é liberdade, apesar disso ainda não é pleno de satisfação, ao contrário, a liberdade gera angústia. Tal fato é explicado pela carga de responsabilidades e consequências a cada escolha e decisão que o sujeito toma. Tanto pessimismo e desesperança ficam evidentes não somente nas reflexões filosóficas, mas também nos romances existencialistas publicados durante a Segunda Grande Guerra.

As principais características da chamada literatura do absurdo aparecem envoltas num individualismo exagerado em que a ideia de livre-arbítrio exemplifica a ideia da vida como uma série de escolhas. As decisões que o homem pode ou não tomar, são recheadas de consequências negativas, e, simplesmente, há coisas absurdas (algo que acontece e não deveria acontecer), e irracionais (sem explicação), e ele, ao assumir sua carga de responsabilidade, deve seguir sua inclinação até o fim (SANTOS, 2009, p. 93).

Camus fez questão de combater o inevitável absurdo. Segundo Santos (2009), apesar de ser chamado de existencialista por estudiosos, o próprio Camus não aceitava esse título, para ele, o importante era focar a compreensão em dois conceitos centrais o



absurdo e a revolta, refutar pensamentos irracionais e não apenas ter consciência passivamente a respeito do vazio do mundo e da falta de Deus.

O absurdo não está no homem nem no mundo, mas depende do homem e do mundo, é o único laço entre os dois, ele os adere um ao outro, ou seja, o absurdo está na presença comum entre homem e mundo. Não sem razão, portanto, que o absurdo termina tão só com a morte e somente com ela o homem reconcilia-se com o mundo (JOSÉ, 2011, p. 7).

Quando o homem percebe que está inserido em uma rotina tem diante de si duas saídas: continuar na rotina ou procurar sua libertação. Essa libertação seria o suicídio filosófico cometido por aqueles que encaram o absurdo como uma verdade sem se rebelar contra ela. Ainda conforme Santos (2009) ao resumir o pensamento de Camus, sem esperança não há absurdo. Quando o homem perde a esperança e se suicida, não há mais homem, logo não há absurdo. O filósofo critica os existencialistas clássicos, pois, segundo ele, o absurdo é o laço que une homem e mundo.

3. Análise Cultural Acerca do Suicídio

A partir dos Estudos Culturais apreendemos que a existência do sujeito é carregada de significados que são deixados para a posteridade com a sua morte. Os estudos culturais buscam a compreensão da cultura na sociedade, com o tempo, o conceito de cultura passou de algo elitizado e restrito a um significado mais amplo, conforme Costa, Silveira e Sommer (2003). Essa revolução começou na Inglaterra do pós-guerra, os estudos culturais abrangem tanto um projeto político quanto um projeto teórico, “Cultura deixa, gradativamente, de ser domínio exclusivo da erudição, da tradição literária e artística, de padrões estéticos elitizados e passa a contemplar, também, o gosto das multidões”. (COSTA, SILVEIRA E SOMMER, 2003, p. 36). Não existe “cultura”, existem “culturas”, por exemplo, a cultura hip hop, a cultura empresarial, a cultura indígena, a cultura jovem, a cultura surda, etc.

A cultura está para além das ruas, dos guetos e do cotidiano, a cultura chegou aos meios de comunicação a forma como os media lidam com a cultura passou a ser estudada. Segundo Rocha (2011), os estudos culturais fizeram a sobreposição de duas metodologias para compreender como a luta cultural ocorre. A primeira foi a análise semiótica formulada por Roland Barthes, no final dos anos 1960, que revolucionou a



linguística estruturalista possibilitando nova forma de analisar os meios de comunicação. O conteúdo midiático coloca o leitor em posição particular e os textos dos media revelam muito sobre a ordem social contemporânea construída por nós.

Esta metodologia foi derivada da etnografia e auxiliou a compreender a produção de sentidos dos sujeitos expostos as mensagens. A partir disso se confirmou que os meios têm importância na produção de sentidos.

O trabalho de Hall e de seus colegas no Centro de Estudos Culturais Contemporâneos descartou o que ainda havia de hipodérmico no modelo de comunicação. Hall propôs um modelo de comunicação que inclui produção e recepção como diferentes momentos do processo: codificação é a definição do sentido dentro da forma textual, influenciada pelas práticas dos profissionais dos media e decodificação é o trabalho feito pelo receptor para produzir sentido desses textos. (ROCHA, 2011, p. 4).

Os EC apresentam uma configuração distinta da hierarquização entre alta cultura e cultura de massa; cultura burguesa e cultura operária; cultura erudita e cultura popular. Ainda segundo Costa, Silveira e Sommer (2003), o conceito de popular também se alterou, passando de algo visto como popularesco e associado a breguice para algo despojado.

4. A Morte como Valor-Notícia

Para analisar as notícias é preciso compreender como os valores-notícia são empregados na construção de conteúdo no jornalismo brasileiro. Conforme afirma Traquina (2008), onde existe morte, existem jornalistas dispostos a fazer a cobertura. A morte é um valor-notícia fundamental “que explica o negativismo do mundo jornalístico que é apresentado nas páginas do jornal ou nos écrans da televisão” (TRAQUINA, 2008, p.79).

A notoriedade do ator envolvido nos acontecimentos também influencia o destaque dado ao fato pela comunidade jornalística. Se no fato há uma celebridade ou pessoa de importância hierárquica envolvida significa que “Quanto mais o acontecimento disser respeito às pessoas de elite, mais provavelmente será transformado em notícia”, conforme Gatalung e Ruge (1993 Apud TRAQUINA, 2008).



A proximidade geográfica e cultural com o acontecido e a relevância do mesmo para a vida das pessoas, a novidade do assunto, o fator tempo (comemoração de datas, atualidade da informação) e o inesperado são outros valores-notícia. Somados a estes, temos ainda a infração, ou seja, os escândalos, a violação de regras, os crimes, etc. que se aproximam dos valores-notícia controvérsia e conflito (exemplificados pela violência). As reportagens são chamativas e apresentam um texto facilmente compreensível e, ao mesmo tempo, sutilmente provoca emoções no leitor-modelo, conforme Eco (2008), para que ele crie um vínculo subjetivo com o assunto.

A noticiabilidade é outro valor fundamental para a comunidade jornalística que comumente trabalha mais com fatos do que com problemáticas. A quantidade de pessoas envolvidas no caso, o insólito, a inversão da ordem natural (“o homem morde o cão”), a falha, o excesso/escassez de algo também refletem na construção e relevância da notícia.

Existe um leque de outros critérios de noticiabilidade, mas é preciso lembrar que cada veículo possui sua própria política editorial e que “As empresas jornalísticas não funcionam no vazio; têm concorrentes. Todas as outras empresas são concorrentes, mas cada empresa jornalística tem os seus concorrentes de estimação, isto é, seus concorrentes diretos (...)” (TRAQUINA, 2008, p. 89). Caso determinado meio de comunicação não divulgue uma informação, certamente o outro divulgará e o leitor cobrará do primeiro. O furo “é uma lógica que intensifica a natureza concorrencial da atividade jornalística” (TRAQUINA, 2008, p. 89).

Traquina (2008) diz que o imediatismo prevalece incontestável na cibermídia e nos alerta para a efemeridade das matérias jornalísticas nesse meio, considerando que na web há a rápida velocidade na apuração, produção e divulgação de notícias. Nos impressos, por outro lado, especialmente as revistas o tempo de apuração é maior e o mergulho do repórter no assunto pode levar meses.

5. O Valor da Vida Atribuído pela Mídia e Considerações Finais

Compreender como a mídia cobre suicídio abre espaço para críticas à prática jornalística usual. Ao partir de uma leitura inicial, logo percebe-se que a imprensa brasileira predominantemente noticia algumas mortes de celebridades (em consonância aos valores-notícia) e usando de textos repletos de eufemismos e entrelinhas. Em



contrapartida, há outro extremo prejudicial, como o mais que sabido sensacionalismo diante de casos que envolvam a morte, embora este não seja o foco desta pesquisa, é inevitável não citá-lo.

Uma pesquisa nessa área busca compreender um ponto polêmico que não é comumente discutido nas rodas de conversa, nas salas de aula de jornalismo, nas empresas midiáticas, etc. Para além das rasas instruções dos manuais de redação existe um fato real e complexo: o suicídio.

Concluimos que o valor da vida atribuído pela mídia implica na relativização entre vida e obra dos sujeitos apresentados sem distinção de atributos subjetivos. O valor da vida é individual e não pode ser mensurado, segundo o existencialismo. A existência do sujeito por si só é extremamente importante independentemente de riqueza, classe social, estilo de vida, etc.

Entretanto, a mídia ao publicar a vida e a obra de alguém atribui certo valor. Por exemplo, em caso de suicídio de pessoas famosas, vimos matérias que devido aos critérios de noticiabilidade, recebem mais destaque nas páginas. No caso de anônimos, as matérias não são destacadas.

As obras dos sujeitos envolvidos em matérias sobre suicídio podem permanecer vivas, registradas para a posteridade, para quem nunca os conheceu à época de suas produções. Portanto, essa é uma contribuição do jornalismo, permitir que as obras não morram e que a vida seja lembrada através de registros históricos.

Os próprios sujeitos atribuem sentido às existências, ressignificado em meio aos conflitos no decorrer da vida, e a mídia atribui valor de acordo com seu propósito. Mais uma vez é importante reforçar que para o existencialismo a vida não é quantificada, entretanto, o jornalismo atende a critérios de noticiabilidade como a relevância para o leitor. Os critérios de noticiabilidade não implicam na determinação se a vida de um sujeito é mais importante do que outro no aspecto existencialista, apenas é tão somente um recurso editorial.

As decisões acerca da existência são exclusivamente pessoais e o suicídio é uma espécie de porto seguro existencial a qualquer um. Em meio a tantas críticas sobre o mundo há duas saídas: romper com tudo ou relativizar tudo.

REFERÊNCIAS



BARBOSA, Ana Carla; OGASAWARA, Rômulo; BENAZZI, Lauriano Atílio. Jornalismo e Suicídio: ética e noticiabilidade. In: **XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2010, Caxias do Sul. Anais. Caxias do Sul: Intercom, 2010. 11 p. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-3072-1.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

CAMUS, Albert. **O Mito de Sísifo**: ensaio sobre o absurdo. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989, 3. ed.

CARVALHO. Lucila Lang Patriani de. Indivíduo e existência: a Náusea em Sartre e o Absurdo em Camus. In: **Seminário dos Estudantes da Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar**, 2012, São Carlos. Anais. São Carlos: UFSCar, 2012, p. 320 – 326. Disponível em: <<http://www.ufscar.br/~sempgfil/wp-content/uploads/2012/05/25-Lucila-Lang-Patriani-de-Carvalho-Indiv%C3%ADduo-e-exist%C3%A2ncia-A-N%C3%A1usea-em-Sartre-e-o-Absurdo-em-Camus.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

COSTA. Álvaro; ALMEIDA; Fanciely. Páginas cortadas: Apontamentos sobre cobertura jornalística dos casos de suicídios nos periódicos ponta-grossenses. **Primeiro Encontro PR/SC de História da Mídia**, Guarapava (PR), 2010. Disponível em: <<http://www.unicentro.br/historiadamidia/anais/Midia%20Impressa/Alvaro%20Daniel%20Costa.pdf>> Acesso em: 21 jul. 2014.

COSTA. Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. Estudos Culturais, Educação e Pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 23, p. 36-61, maio/ago. 2003.

DAPIEVE, Arthur. **Morreu na contramão: o suicídio como notícia**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2007.

ECO, Umberto. **Lector in fabula**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FONTENELLE, Paula. **Suicídio: o Futuro Interrompido: Guia Para Sobreviventes**. São Paulo: Geração Editorial, 2008, 256 p.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Org.: THOMPSON, Kenneth. Inglaterra: 1997, 23 p. In: **Media and Cultural Regulation**.

JOSÉ. Caio Jesus Granduque. **O Absurdo dos Direitos Humanos**: Reflexões a partir de Albert Camus. In: O Direito Alternativo, v. 1, n. 1, p. 7-33, ago. 2011. Disponível em: <http://www.cdcc.sc.usp.br/ciencia/artigos/art_26/sartre.html> Acesso em: 21 jul. 2014.

L'APICCIRELLA, Nadime. O Existencialismo de Jean Paul Sartre. In: **Revista Eletrônica de Ciências**. São Carlos, 2004, nº 26. Disponível em: <<http://seer.franca.unesp.br/index.php/direitoalternativo/article/download/296/317>> Acesso em: 05 jan. 2015.

ROCHA. Simone Maria. Os Estudos Culturais e a Análise Cultural da Televisão: considerações Teórico-Metodológicas. In: **Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, Santa Maria, v.10, n.19, 20 p., 2011.

SANTOS, Maria Clara Dunck. O Mito, O Imaginário e o Absurdo na Obra de Albert Camus. In: **Revista Polidisciplinar Eletrônica da Faculdade Guairacá**. Guarapuava-PR: 2009, vol. 1, p. 92-102. Disponível em: <www.revistavoos.com.br/seer/index.php/voos/article/download/34/35>. Acesso em: 20 nov. 2014.



SHAKESPEARE, William. **Hamlet**. FERNANDES, Millor (trad.). São Paulo: L&PM, 2000. 144 p.

TRAQUINA, Nelson. **A tribo jornalística**: uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2008. 2a ed.